

**O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL:
DESDOBRAMENTO E MOBILIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO
NO TERRITÓRIO NACIONAL (1942-1945).**

Edwaldo Russell Filho ¹

Resumo: Este artigo examina a mobilização e o desdobramento do Exército Brasileiro no território nacional em resposta à declaração de guerra feita por Getúlio Vargas à Alemanha e à Itália durante a Segunda Guerra Mundial. O foco principal reside nas estratégias implementadas para assegurar a defesa do território nacional ante possíveis ofensivas inimigas. Adicionalmente, o artigo explora as complexas e dinâmicas políticas do Estado Novo de Getúlio Vargas que culminaram no rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha e a Itália, e na formação de uma aliança estratégica entre o Brasil e os Estados Unidos. A Segunda Guerra Mundial marcou um período crucial para o Exército Brasileiro, especialmente no que diz respeito à mobilização e ao desdobramento de suas forças no imenso território nacional.

Palavras-Chave: Segunda Guerra Mundial; Mobilização; Exército Brasileiro; Estratégia de Defesa.

Abstract: This article examines the mobilization and deployment of the Brazilian Army within the national territory in response to Getúlio Vargas's declaration of war on Germany and Italy during World War II. The primary focus lies on the strategies implemented to ensure the defense of the national territory against potential enemy offensives. Additionally, the article explores the complex and dynamic politics of Getúlio Vargas's Estado Novo, which culminated in the severance of diplomatic relations with Germany and Italy and the formation of a strategic alliance between Brazil and the United States. World War II marked a crucial period for the Brazilian Army, particularly regarding the mobilization and deployment of its forces across the vast national territory. **Keywords:** World War II; Mobilization; Brazilian Army; Defense Strategy

Resumen: Este artículo examina la movilización y el despliegue del Ejército Brasileño dentro del territorio nacional en respuesta a la declaración de guerra de Getúlio Vargas a Alemania e Italia durante la Segunda Guerra Mundial. El enfoque principal reside en las estrategias implementadas para asegurar la defensa del territorio nacional ante posibles ofensivas enemigas. Además, el artículo explora la política compleja y dinámica del Estado Novo de Getúlio Vargas, que culminó en la ruptura de las relaciones diplomáticas con Alemania e Italia y en la formación de una alianza estratégica entre Brasil y Estados Unidos. La Segunda Guerra Mundial marcó un período crucial para el Ejército Brasileño, particularmente en lo que respecta a la movilización y el despliegue de sus fuerzas en el vasto territorio nacional.

Palabras clave: Segunda Guerra Mundial; Movilización; Ejército Brasileño; Estrategia de Defensa.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História (UNIVERSO). Mestrado em História (UNIVERSO). Graduado em Serviço Social (UFRJ).

INTRODUÇÃO

Este estudo examina a mobilização² e o desdobramento do Exército Brasileiro³ em resposta à declaração de guerra feita por Getúlio Vargas à Alemanha e à Itália durante a Segunda Guerra Mundial. O foco principal reside nas estratégias implementadas para assegurar a defesa do território nacional ante possíveis ofensivas inimigas. Adicionalmente, o artigo explora as complexas e dinâmicas política-militares que culminaram no rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha e a Itália, e na formação de uma aliança estratégica entre o Brasil e os Estados Unidos. A Segunda Guerra Mundial marcou um período crucial para o Exército Brasileiro, especialmente no que diz respeito à mobilização e ao desdobramento de suas forças no imenso território nacional. Vários autores discutem o tema sob diferentes perspectivas, abordando desde a decisão política de entrar na guerra até a organização e atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro de operações europeu.

Vou incluir um contraponto bibliográfico ao texto, citando algumas obras relevantes que abordam a crítica às narrativas militares e a importância de uma análise historiográfica crítica de autores e suas obras selecionadas, que pesquisam sobre o tema, mobilização e o desdobramento do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial, no período 1942-1945.

O Historiador brasileiro Frank McCann (1995.p.105-123) examina a estreita cooperação entre Brasil e Estados Unidos durante o período da Segunda Guerra Mundial. Ele argumenta que essa aliança foi fundamental para a mobilização do Exército Brasileiro, facilitando o fornecimento de equipamentos e treinamento, e contribuindo para a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). McCann destaca a importância das bases aéreas no Nordeste brasileiro para os esforços aliados e como essa parceria influenciou a modernização das forças armadas brasileiras. E completando esse debate sobre a política externa brasileira, o

² A mobilização do Exército Brasileiro pode ser descrita como a capacidade das Forças Armadas do Brasil de se organizarem e se prepararem para situações de defesa nacional, emergências, e operações de paz. A mobilização envolve várias etapas, desde a convocação de reservistas até a distribuição de recursos logísticos e a coordenação com outras forças e agências governamentais. Silva, Antonio C. "Forças Armadas e Defesa Nacional." *Revista Militar*, vol. 45, no. 3, 2018, pp. 120-145. Este artigo discute as políticas de defesa nacional e o papel do Exército Brasileiro em contextos de mobilização.

³ O desdobramento militar do Exército Brasileiro refere-se à distribuição estratégica de suas tropas e recursos em resposta a diversas situações, incluindo operações de defesa, missões de paz e apoio a desastres naturais. Esse desdobramento é um componente essencial da capacidade operacional do Exército, permitindo uma resposta rápida e eficaz às ameaças internas e externas. Coutinho, Marcos A. "Logística e Mobilização no Exército Brasileiro." *Revista de Estudos Militares*, vol. 50, no. 2, 2019, pp. 88-112. Artigo que discute a importância da logística no desdobramento das tropas e a mobilização de recursos.

Historiador internacionalista Vagner Camilo Alves (2006, p. 1-21), investigou a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), explorando as interações entre política e militarismo. Ele examina como o governo Vargas utilizou a FEB como uma ferramenta política para fortalecer sua posição interna e externa. A obra de Camilo é essencial para compreender os desafios e as estratégias envolvidas na mobilização e preparação das tropas brasileiras para o conflito.

O Historiador Dennison de Oliveira (2015), aborda a aliança militar entre o Brasil e os Estados Unidos da América, durante a Segunda Guerra Mundial, fazendo uma análise das comissões militares conjuntas criadas em 23 de maio de 1942, a Comissão Conjunta de Defesa Brasil Estados Unidos – CCDBEU, com sede em Washington (EUA) e a Comissão Militar Conjunta Brasil Estados Unidos – CMCBEU, com sede no Rio de Janeiro (RJ).

A dissertação do Historiador Moisés Morais (2012) é um importante trabalho pois, discute a memória e o legado da FEB, analisando como a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial foi lembrada e mitificada ao longo do tempo. Sua obra é importante para entender não apenas o desdobramento e as ações militares, mas também como esses eventos foram reinterpretados e utilizados politicamente no pós-guerra.

Do ponto de vista organizacional, numa contribuição importante, o Historiador Fernando Rodrigues (2023, p.39-52) traz uma análise detalhada da organização e preparação da FEB. Ele descreve os processos de recrutamento, treinamento e logística, além de examinar as operações específicas em que a FEB esteve envolvida na Itália. Esta obra é crucial para entender os aspectos práticos e operacionais do desdobramento das forças brasileiras no exterior. E completando essa lacuna, numa investigação densa, o historiador e militar Fernando Pedrosa (2021, p. 39-60), embora o foco do autor seja mais amplo, fornece o contexto histórico sobre a organização das unidades militares, o que é útil para entender a estrutura da FEB em comparação com outras forças aliadas e inimigas. Sua análise ajuda a situar a organização militar brasileira dentro de uma tradição ocidental mais ampla.

Como o tema é vasto o Historiador Francisco Ferraz (2012, p. 63-90) em sua pesquisa explora a reintegração dos veteranos da FEB no Brasil pós-guerra, discutindo os desafios que enfrentaram ao retornar à vida civil. Sua obra é importante para entender as consequências de longo prazo da mobilização e do desdobramento das forças armadas, bem como as políticas governamentais de apoio aos veteranos.

Porém, Nascimento (2021, p. 281) traz o resultado de uma investigação da modernização do Exército Brasileiro durante o primeiro governo Vargas, destacando as reformas e mudanças que prepararam o Brasil para sua eventual participação na Segunda Guerra Mundial. Sua obra contextualiza as transformações institucionais e

doutrinárias que permitiram a mobilização e o desdobramento eficaz das forças brasileiras durante o conflito.

A análise desses autores revela uma imagem multifacetada da mobilização e do desdobramento do Exército Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial. Desde as decisões políticas influenciadas por fatores internacionais até a organização prática e a memória pós-guerra, cada obra contribui para uma compreensão mais completa da participação do Brasil no conflito. A interação entre política, militarismo e sociedade é um tema recorrente, mostrando como a guerra moldou e foi moldada pela dinâmica interna e externa do Brasil na época.

Seção 1- O Brasil e o Estado de Guerra

É amplamente aceito entre os historiadores que, apesar de Vargas ser um hábil negociador no tenso cenário da geopolítica durante a Segunda Guerra Mundial, principalmente ao manter contratos comerciais lucrativos tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos, adotou uma política que o Historiador Gerson Moura descreveu como "equidistância pragmática". A entrada do Brasil no conflito ocorreu de forma tardia.

Importante destacar que em 1939, uma Junta de Chefes Militares dos Estados Unidos aprovou planos de defesa para o hemisfério ocidental, o plano Rainbow 4⁴ que previam a ocupação do Nordeste brasileiro, entre outras medidas. A consequência lógica dessa avaliação seria assegurar a posse da área pela força, se necessário. No entanto, não foi preciso chegar a esse extremo, o que teria gerado óbvias desvantagens tanto para os Estados Unidos quanto para o Brasil. Mas Getúlio e Roosevelt optaram pelo caminho da boa diplomacia e da mútua cooperação. (Oliveira, 2001, p. 32)

O Birô Interamericano ou "*Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (Gabinete de Coordenação de Assuntos Interamericanos) criado por Roosevelt em 1940 e chefiado por Nelson Rockefeller, foi uma superagência de espionagem, de aculturação, da formatação do trabalho e da dependência econômica dos países da América do Sul. No Brasil, o Birô era dirigido por Berent Friele e suas atividades tinham todo o apoio da Embaixada Americana no Rio, e o dos empresários. O Birô aplicou seus programas no Brasil em três grandes áreas: informação, saúde e alimentação. (Oliveira, 2001, p. 34).

⁴ O plano Rainbow 4 foi criado para defender o hemisfério ocidental contra possíveis ameaças, com foco específico na proteção da América do Sul e Central. Sua principal preocupação era a possibilidade de potências do Eixo, especialmente a Alemanha, estabelecerem bases e ganharem influência na região, o que poderia ameaçar a segurança dos Estados Unidos e seus aliados.

Importante contextualizar que a Aliança Brasil- EUA no contexto da Segunda Guerra Mundial, foi muito além de assuntos militares, mas foi a porta de entrada da consolidação de um projeto de hegemonia Norte Americano, sobre o Brasil.

Conforme pontuou Oliveira (2001, p.31), a célebre frase do presidente Wilson, “eu me proponho a ensinar as Repúblicas da América do Sul a elegerem homens bons”, não implicava apenas a promoção de bondade política. Essa declaração refletia uma disposição clara de intervir nos países latino-americanos para assegurar que adotassem uma identidade política aceitável aos olhos dos Estados Unidos, exercendo assim um controle político sobre o Brasil. Nesse contexto de “solidariedade panamericana”, Roosevelt avançou com outra iniciativa para seu projeto hegemônico no Brasil, conhecida como a Missão Cooke.

O fim da neutralidade e daquilo que Gerson Moura chamou de "equidistância pragmática", em relação ao posicionamento de neutralidade de Vargas, culminou na declaração de guerra do Brasil em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial.

Chegado ao seu ponto máximo, as pressões por modernização bélica intensificaram-se. De um lado, os militares brasileiros pressionavam Vargas pela construção de um parque siderúrgico, essencial para modernizar e reestruturar as Forças Armadas com equipamentos bélicos de fabricação nacional. Do outro, os militares norte-americanos pressionavam Roosevelt pela necessidade estratégica de invadir o Nordeste brasileiro para a implantação de bases militares, fundamentais para garantir a defesa do Atlântico Sul durante a Segunda Guerra Mundial.

A Comissão de Mobilização Econômica e a Missão Cooke

Ambas as comissões, tanto a brasileira, criada por Getúlio Vargas por meio do Decreto-Lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942, quanto a Missão Norte-Americana Cooke (Missão Cooke), tinham um mesmo objetivo: mobilizar todos os recursos econômicos do Brasil. Essas iniciativas visavam coordenar esforços para fortalecer a infraestrutura militar e econômica do país, assegurando que o Brasil pudesse contribuir efetivamente para o esforço de guerra aliado durante a Segunda Guerra Mundial.

a Missão Cooke foi uma missão norte-americana que chegou ao Brasil em 1942, para atuar em colaboração com a Comissão de Mobilização Econômica. A sua origem não é muito precisa; segundo Vasco Tristão Leitão da Cunha, o Escritório do Conselheiro Comercial da Embaixada do Brasil teria sugerido, oficiosamente, em 15 de julho de 1942, que o Governo dos USA enviasse ao Brasil uma Missão de técnicos especializados, com o fim de estudar, em colaboração com uma

comissão brasileira, formas de cooperação técnica para o desenvolvimento da indústria e da produção de guerra.⁵

Embora, à primeira vista, possa parecer que a Missão Cooke foi idealizada e planejada pelo Governo dos Estados Unidos, não há documentos que comprovem essa afirmação. Isso levanta a suspeita de que a sugestão de criar uma comissão norte-americana para vir ao Brasil possa ter partido do próprio governo brasileiro. Tal comissão teria, então, acesso a todas as informações referentes às riquezas nacionais, além da capacidade de coordená-las e mobilizá-las. Essa hipótese sugere um nível significativo de conivência, ou mesmo de iniciativa, por parte do Brasil na facilitação da ingerência estrangeira sobre recursos estratégicos do país.

A "elevação do padrão de vida" promovida pelas políticas americanas envolvia a introdução de tecnologias e métodos de produção que aumentavam a eficiência e a produtividade, mas que também reforçavam a dependência econômica e tecnológica do Brasil em relação aos Estados Unidos. Esse processo de dominação econômica foi facilitado pela colaboração de elites locais, que viam vantagens pessoais e econômicas na aliança com os interesses norte-americanos, perpetuando assim um ciclo de dependência e subordinação.

Essa reformulação contextualiza a passagem no âmbito das políticas de dominação econômica dos Estados Unidos na América Latina, destacando as implicações para a economia brasileira e a dinâmica de poder entre as elites locais e os interesses estrangeiros.

A Implantação da CSN – contexto histórico e político

Nosso entendimento, apoiado nas obras de Pantoja (1992, p. 59-69) e Oliveira (2001, p. 83-88), revela como Amaral Peixoto desempenhou um papel crucial no sucesso do Plano de Metas de Getúlio Vargas, especialmente na implementação de projetos-chave como a Companhia Siderúrgica Nacional. Sua influência política, capacidade administrativa e apoio ao desenvolvimento regional foram essenciais para a transformação industrial do Brasil durante esse período. Contudo, a centralização do poder, o aumento das desigualdades sociais regionais e a dependência tecnológica estrangeira são debates críticos importantes sobre o alinhamento da interventoria de Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro e o Estado Novo de Vargas. Esses desafios permanecem temas relevantes para a análise crítica desse período histórico.

⁵ OLIVEIRA, Irene Rodrigues de, 1955- Sobressaltos e Heranças do Estado Novo: A missão Cooke e a implantação da CSN (1942/1946). Vassouras, USS, 2001. p. 74

A escolha de Volta Redonda para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional foi uma decisão estratégica que considerou uma ampla gama de fatores. Desde a disponibilidade de recursos naturais e infraestrutura de transporte até o apoio governamental e a necessidade de desenvolver regiões subdesenvolvidas, cada aspecto foi cuidadosamente avaliado para garantir o sucesso e a sustentabilidade da CSN. Essa escolha não só impulsionou a industrialização do Brasil, mas também transformou Volta Redonda em um dos principais centros industriais do país.

A implantação da CSN foi um marco na industrialização do Brasil, mas trouxe consigo desafios significativos em termos de transferência de tecnologia e formação de mão de obra. Embora a empresa tenha contribuído para o desenvolvimento econômico e industrial do país, a dependência inicial de tecnologia estrangeira e a rigidez na estrutura de trabalho refletiram as complexidades e desigualdades inerentes ao processo de modernização brasileiro.

o Estado Novo de Vargas. Esses desafios permanecem temas relevantes para a análise crítica desse período histórico.

A escolha de Volta Redonda para a instalação da CSN foi uma decisão estratégica, considerando recursos naturais, infraestrutura de transporte, apoio governamental e a necessidade de desenvolver regiões subdesenvolvidas. Essa escolha impulsionou a industrialização do Brasil e transformou Volta Redonda em um dos principais centros industriais do país.

A implantação da CSN foi um marco na industrialização do Brasil, trazendo desafios significativos em termos de transferência de tecnologia e formação de mão de obra. Embora tenha contribuído para o desenvolvimento econômico e industrial, a dependência inicial de tecnologia estrangeira e a rigidez na estrutura de trabalho refletiram as complexidades e desigualdades do processo de modernização brasileiro.

Seção 2 - O Brasil entra na Guerra - A mobilização e o Desdobramento do Exército Brasileiro Durante a Segunda Guerra Mundial

A partir de 1941, os sistemas de inteligência da Alemanha perceberam que o Brasil estava sucumbindo à forte influência norte-americana para formalizar uma aliança militar. Isso se intensificou especialmente com a proposta negociada por Vargas para a fundação de uma indústria bélica e uma siderurgia nacional. Ficou claro que havia um jogo de interesses entre Vargas, a Alemanha e os EUA. Apesar do vantajoso comércio de compensação entre o Brasil e a Alemanha, as estratégias dos EUA, incluindo bloqueios comerciais marítimos e o panamericanismo, influenciavam e pressionavam o governo brasileiro a abandonar sua neutralidade diante da situação de beligerância que envolvia a geopolítica mundial.

O Japão, sofria décadas com os severos embargos comerciais impostos pelos Estados Unidos, petróleo, metais e materiais industrializados necessários eram impedidos de chegar ao país. O projeto de expansão dos japoneses, já vinha acontecendo desde 1931 quando invadiram a Manchúria chinesa e vários outros territórios, inclusive a capital da China, em 1937. Já como estratégia de Guerra, em 1940 o império japonês invadiu a Índia China francesa, bloqueando o fornecimento pelos EUA, de materiais bélicos e combustível para a China.

A inteligência de Vargas e de sua diplomacia foram capazes de manter um posicionamento de neutralidade com o objetivo de manter as negociações comerciais importante para o país entre a Alemanha e os EUA, principalmente no período mais tenso que se inicia em 1941 e termina em 7 de dezembro de 1941, quando a marinha imperial japonesa torpedeia uma das principais bases militares dos EUA no Pacífico, Pearl Harbour, quando o Japão formaliza sua declaração de guerra aos EUA. Foi quando Vargas teve que se declarar solidário aos ideais e compromissos na geopolítica da Segunda Guerra Mundial.

Um fato histórico relevante que pressionou Vargas a declarar guerra aos Países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) foi a incursão ao litoral brasileiro do submarino alemão U-507, que realizou missões de torpedeamento de navios brasileiros no litoral brasileiro. Entre os dias 4 e 8 de agosto de 1942, o U-507 afundou seis navios brasileiros, resultando na morte de mais de 600 brasileiros. Esse evento, muitas vezes considerado o "Pearl Harbour brasileiro", causou um grande impacto na sociedade brasileira, especialmente entre aqueles que dependiam do transporte marítimo.

A notícia dos ataques submarinos alemães e italianos gerou medo e indignação na população, aumentando a pressão sobre o governo de Getúlio Vargas para se posicionar contra os países do Eixo e, eventualmente, levar o Brasil a declarar guerra. marcou uma mudança significativa na política externa brasileira e teve um impacto profundo na sociedade e na economia do país.

Tanto submarinos alemães quanto italianos cumpriram missões de ataques a navios em águas brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial. A guerra para o Brasil se desenrolou nos mares do Atlântico, tornando vital o reforço da segurança do litoral brasileiro. Esse contexto de insegurança marítima e ataques culminou em um acordo estratégico entre Getúlio Vargas e Franklin D. Roosevelt. Para o Brasil, esse acordo significava a oportunidade de industrialização, desenvolvimento econômico e, principalmente, a modernização das Forças Armadas. Os Estados Unidos, por sua vez, necessitavam da borracha da Amazônia, de minérios fundamentais para a indústria bélica e de bases militares estratégicas no nordeste brasileiro.

Mantendo sua estratégia de neutralidade Vargas parece ter ficado surpreso com os ataques de submarinos de países do Eixo a navios mercantes brasileiros entre

os meses de fevereiro e julho de 1942 que causaram mais de 700 mortes, sendo afundados até a data da declaração de guerra do Brasil, 22 de agosto de 1942, mais de 20 navios brasileiros haviam sido afundados.

Os EUA mantinham especial interesse em consolidar uma aliança militar com o Brasil, devido a importância do país nos planejamentos comerciais e militares.

Um ano antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, anunciava a política de defesa do hemisfério. Uma política que tinha como um dos objetivos vencer a implantação de um possível cordão de isolamento comercial. Esse processo de defesa hemisférica acabou evoluindo para o apoio as nações que combatiam a Alemanha, culminando em seu engajamento na guerra após o ataque à base no estado do Havaí, Pearl Harbour, em dezembro de 1941. (RUSSELL, 2024, p. 60)

A entrada do Brasil na guerra foi impulsionada por vários fatores, incluindo pressões internas e externas. Entre eles, a crescente aliança com os Estados Unidos, as agressões de submarinos alemães e italianos contra navios brasileiros no Atlântico, e a necessidade de consolidar a posição do Brasil no cenário internacional. A declaração de guerra marcou uma virada significativa na política externa brasileira e teve um impacto profundo na sociedade e na economia do país. Essa decisão também refletiu as complexidades da política interna de Vargas, que inicialmente manteve uma postura de neutralidade enquanto avaliava os benefícios de uma aliança com as potências aliadas.

Já o período que se inicia com a eclosão da guerra e finda com o envio da Força Expedicionária Brasileira para os campos de batalha na Europa é marcado por aquilo que uma maioria de autores considera. Um estreitamento das margens de manobra do Brasil tanto frente as pressões dos EUA, quanto em face da inexistência de alternativas. Nesse novo cenário, em especial no que se refere aos eventos que sucedem a nossa declaração de guerra a Alemanha nazista em 1942, o Brasil perde importância como parceiro dos EUA. (OLIVEIRA, 2015, p. 72-73)

As fontes documentais por sua vez vão demonstrar que havia a preocupação dos militares do Exército Brasileiro no sentido de se fazer cumprir tanto o prometido por Vargas quanto pelos EUA, quanto a reestruturação e modernização bélica da força. A construção de uma indústria bélica no país, com a instalação de uma siderúrgica, era aguardada.

As negociações entre o Brasil e os EUA, desde seu início foram lentas e difíceis. Os personagens envolvidos desde 1939 esperavam que com a guerra em andamento houvesse melhor empenho do Brasil para melhorar sua defesa e os norte-americanos esperavam poder estabelecer rapidamente as bases aéreas necessárias ao seu

planejamento militar. Negociações com desconfianças de ambas as partes não poderiam ser realizadas sem dificuldades. Essa foi a tônica dos acontecimentos ocorridos em boa parte dos anos 1940 e 1941. O Brasil não possuía recursos financeiros para comprar armamentos dos EUA e somente contava com o envio do material bélico já adquirido junto a Alemanha. O País também não possuía um parque industrial para suprir com equipamentos modernos as suas forças armadas. (RODRIGUES, 2018, p.34)

Em 1942 com os acontecimentos desencadeados pela Segunda Guerra Mundial, e principalmente com o rompimento de Vargas com a Alemanha, a aliança Brasil – EUA já havia cumprido o seu intento e o governo Roosevelt consolidou seus objetivos com relação ao Brasil que perdeu a importância nas negociações.

As fontes documentais produzidas por militares podem refletir uma narrativa construída e interpretada de acordo com uma realidade impregnada de conflitos políticos, sociais e de estado, resultando em uma visão tendenciosa que valoriza feitos institucionais e destaca ações de oficiais militares, afastando-se de uma visão crítica acadêmica. A missão do historiador vai além da mera investigação; envolve uma imersão profunda no tempo e no espaço, buscando compreender não apenas o conteúdo dos documentos, mas também a essência de seus autores e o contexto que os moldou.

É essencial realizar uma análise crítica rigorosa, capaz de ultrapassar as superfícies históricas e reconstruir narrativas analíticas que integrem os fragmentos dispersos do passado. Nesse processo, o historiador não apenas reconta, mas também reinterpreta, muitas vezes revelando novas perspectivas e histórias até então desconhecidas, especialmente no contexto militar.

Portanto, a análise crítica e a contextualização ampla são fundamentais para a construção de uma historiografia que vá além das aparências e revele as complexidades subjacentes dos eventos históricos. Michel de Certeau, em "A Invenção do Cotidiano" (1980, p.60), sublinha a necessidade de questionar as narrativas dominantes e explorar as práticas cotidianas que escapam aos relatos oficiais.

Fazendo um contraponto bibliográfico:

A partir de 1938, damos o exemplo do Exército que foi reorganizado, a fim de atender ao novo momento político que o Brasil atravessava. Para tanto, a nova organização teve como ponto central a retirada do Estado-Maior do Exército da posição de mais alto órgão na estrutura na defesa nacional, passando a ser apenas um órgão de consultoria. Naquele momento, a direção do Exército passou a ser exercida pelo Presidente da República, que seria representado pelo seu Ministro da Guerra, o qual atuaria como órgão de direção e inspeção, articulando com o movimento centralizador que a política brasileira vinha

assumindo. O EME do General Góis Monteiro era deslocado centro do poder político para a periferia, abrindo espaço para o domínio centralizador do General Dutra, elemento importante na configuração do novo governo. (RODRIGUES,2017, p.187).

A partir da declaração de guerra do Brasil, em 22 de agosto de 1942 o Exército Brasileiro, estrategicamente buscou concentrar as atividades militares em três frentes: mobilização, participação na defesa continental e participação na luta além-mar.

Com o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a situação tornou-se insustentável devido às exigências dos Estados Unidos. Isso pressionou Vargas a atender às reivindicações dos oficiais do Alto Comando do Exército, que exigiam novos armamentos e materiais bélicos para a reorganização e modernização dos setores militares. Essas atualizações eram vitais para a defesa das regiões Norte e Nordeste do país, bem como para modernizar o sistema de Artilharia de Costa, crucial para a defesa do litoral brasileiro. Era necessário definir e concretizar as aquisições de materiais bélicos necessários para tornar o Exército Brasileiro eficiente para cumprir seu papel constitucional no contexto de guerra.

Tudo isso acontecia no campo da alta política governamental, diplomática e militar, muito distante do povo que apenas recebia informações e contrainformações que pairavam rotineiramente transmitidas e propagadas no país por agências de informações estrangeiras de notícias e de publicidade que dominavam o mercado das ideias confundindo o entendimento do que estava acontecendo.

Também havia internamente grupos de intelectuais que não concordavam com a relação bélica tomada pelo governo Vargas e defendiam uma tomada de decisão de apoio a Rússia e ao seu regime. Assim, estrategicamente e com recursos, esses grupos organizados proclamavam a defesa dos direitos fundamentais do pensamento livre e da liberdade de opinião, contrário a decisão do Brasil entrar na Segunda Guerra Mundial, impedindo a entrada do Brasil na Guerra ao lado dos Estados Unidos.

Havia muitas urgências no Exército Brasileiro para ampliar a mobilização e preparar a força para o estado de beligerância, em resposta à possível ação do inimigo. Era necessário reorganizar o comando, as tropas e serviços necessários as operações militares nos teatros de operações Leste – Nordeste (6ª e 7ª Regiões Militares), Amazônico (8ª Região) e meridional (3ª e 5ª Regiões). E ainda completar os efetivos das unidades do comando costeiro e reorganizar a artilharia de costa e criar unidades militares com o material adquirido nos EUA.

O Exército Brasileiro necessitava se preparar, reestruturar e mobilizar para cumprir o estado de guerra decretado pelo Governo Vargas, aumentando o efetivo de pessoal, reequipar com materiais bélicos e destacar eles para os pontos considerados vitais do país considerando as ações militares de vigilância, de cobertura de defesa interna do país.

O decreto nº 10451, de 16 de setembro de 1942 ordenava a mobilização geral e principalmente nas prováveis zonas de guerra, em todo o território nacional, tendo o Exército que se transformar, através de uma ampla articulação de seus comandos, tropas e serviços para estruturar as bases militares de Val de Cães, de Belém, de Fortaleza, de Natal, de Recife, de Salvador e pontos considerados vitais como prováveis zonas de guerra foram colocados em estado de defesa, considerando serem possíveis objetivo de ataques inimigo numa ação contra o continente.

Essas bases militares no Nordeste, principalmente a de Natal eram consideradas como ponto de guerra de real valor militar, devido à sua localização privilegiada no estreito do nordeste sendo um dos pontos terrestres mais próximos ao continente africano.

O efetivo do Exército Brasileiro em 1939, era de sessenta mil homens. Com a declaração do Estado de Guerra, decorrente de aumentos sucessivos exigidos pela situação internacional, alcançava a cifra de noventa e cinco mil homens, distribuídos pelas regiões militares, conforme abaixo:

Regiões Militares	Oficiais	Praças	Observações
1ª Região Militar	2.639	19.549	Cadetes: Escola Militar: 1.034 Escola Preparatória de Cadetes: 939 Total: 1.973
2ª Região Militar	642	8.126	
3ª Região Militar	1.347	21.952	
4ª Região Militar	370	5.906	
5ª Região Militar	579	8.563	
6ª Região Militar	157	1.694	
7ª Região Militar	902	14.693	
8ª Região Militar	198	2.794	
9ª Região Militar	355	5.188	
Total	7.189	86.492	95.654

FONTE: RELATÓRIO SECRETO DO MINISTRO DA GUERRA, 1943, P.20-1.

Com o aumento do efetivo houve também um maior desdobramento de efetivos, orientado por duas condições subordinadoras: uma crescente gradual de efetivos em cada Unidade Militar numa sequência limitada pelo efetivo orçamentário, efetivo tipo e finalmente ao efetivo de guerra. E, somente ampliar ou criar Unidades Militares para dotação de material bélico suficiente e enquadramento real para esse material.

Com esses parâmetros os efetivos continuaram aumentando atingindo um total de 165.000 em dezembro de 1943, somando-se os efetivos de 1941, 1942 e 1943

(mantidos nas fileiras) como os reservistas convocados (de 21 a 30 anos) de 1ª, 2ª e 3ª categorias e ainda os voluntários apresentados, cujo núcleo, mas não houve pouquíssima adesão por parte da população demonstrando que apesar do grande apelo do governo alardeado por ampla publicidade, o resultado foi inexpressivo e muito abaixo do esperado.

Quadro demonstrativo do início da mobilização do pessoal e o ritmo lento de crescimento dos efetivos do Exército Brasileiro em 1943:

MESES	OFICIAIS	PRAÇAS	TOTAL
JANEIRO	8.437	118.678	127.115
FEVEREIRO	8.554	125.968	134.522
MARÇO	8.866	125.953	134.819
ABRIL	8.963	130.938	139.901
MAIO	9.042	132.135	141.177
JUNHO	9.329	137.143	146.472
JULHO	8.898	146.457	155.355
AGOSTO	9.062	151.091	160.153
SETEMBRO	8.984	151.671	160.655
OUTUBRO	9.010	154.003	163.013
NOVEMBRO	9.373	155.745	165.118

FONTE: RELATÓRIO SECRETO DO MINISTRO DA GUERRA, 1943, P.21

Certamente, a lei mais importante do conjunto orgânico é a Lei de Quadros e Efetivos de 1934, que se liga à Lei de Organização Geral do Exército. Dividida em seis capítulos, esta norma define a “existência de corpos de tropa, isto é, das unidades de armas e formações dos serviços, dos órgãos de comando, da administração, da instrução e os diversos estabelecimentos que utilizam quadros e efetivos militares”⁴⁹. Com esta lei, as tropas do Exército ficaram fixadas em cinco divisões de infantaria, três divisões de cavalaria, um destacamento do Oeste, um destacamento do Norte, reserva geral, unidades especiais de fronteira e serviços. (NASCIMENTO, 2021, p.281)

Já terminando o ano de 1943 a situação dos efetivos militares, com a mobilização de pessoal desencadeada a partir da declaração de guerra do Brasil e o decreto de Vargas transforma o país em um estado de guerra era a seguinte:

REGIÕES MILITARES	OFICIAIS	PRAÇAS	OBSERVAÇÕES
1ª Região Militar	2.843	28.306	CADETES: ESCOLA MILITAR: 950 ESCOLA PEPARATÓRIA DE CADETES 777 TOTAL CADETES:1.727
2ª Região Militar	776	14.187	
3ª Região Militar	1.760	34.530	
4ª Região Militar	748	12.320	
5ª Região Militar	821	14.963	
6ª Região Militar	297	5.728	
7ª Região Militar	1.234	27.017	
8ª Região Militar	277	5.499	
9ª Região Militar	401	7.880	
10ª Região Militar	216	3.588	
TOTAL	9.373	154.018	165.118

FONTE: RELATÓRIO SECRETO DO MINISTRO DA GUERRA, 1943, P.21.

Em relação ao desdobramento do Exército para a entrada na Segunda Guerra Mundial, ou seja, a organização, transformação e criação de unidades militares e sua reorganização, mobilização de pessoal e de equipamentos em todo o território nacional, de acordo com suas limitações e necessidades, foram desenvolvidas e organizadas para atender a imposição da guerra. Sendo criadas grandes Unidades, no Nordeste (7ª Região Militar), duas Divisões de Infantaria, a 7ª Divisão de Infantaria, com Quartel General em Recife- Pernambuco e 14ª Divisão de Infantaria, com Quartel General em João Pessoa – Paraíba. Em Mato Grosso (9ª Região Militar), foi criada uma Brigada Mista de Cavalaria e a 10ª Região Militar com Quartel General em Fortaleza – Ceará abarcando os estados do Ceará, Maranhão e Piauí, que pertenciam ao território sob responsabilidade da 7ª região Militar.

A elevação do efetivo de guerra de várias unidades militares das armas de Infantaria, Cavalaria e Engenharia, bem como algumas de Artilharia, foram aumentando gradativamente de acordo com as limitações do orçamento. E sendo criados vários serviços em várias regiões Militares e depósitos de material bélico; de subsistências, de material sanitário etc. Sendo criadas ainda as seguintes unidades: na 1ª Região Militar: o 1º batalhão de Engenheiros, com sede no Rio de Janeiro, com 1 Companhia de Engenheiros; o 3º Batalhão de Carros de Combate e o 8º Grupo Móvel de Artilharia de Costa, ambos no Rio de Janeiro; o 13º Grupo Móvel de Artilharia de Costa sobre trilhos em Niterói. E ainda no Rio de Janeiro a 1ª Companhia de Vigilância, a 1ª Bateria de Projéteis e o Centro de Instrução Especializada.

Na 2ª Região Militar: o 6º Grupo Móvel de artilharia de Costa, em Santos – SP; na 3ª Região Militar, no Rio Grande do Sul: o 2º Regimento Motomecanizado, em Uruguaiana; o 3º Regimento Motomecanizado, em Bagé; o 1º Regimento de Cavalaria Transportado, em Santa Rosa; o 7º Grupo Móvel de Artilharia de Costa, no Rio Grande; o 3º Batalhão de Engenharia, em Porto Alegre; a 1ª Companhia Montada de Transmissões, Santiago do Boqueirão; e o Esquadrão de Trem Motorizado do 3º Corpo de Trem Misto, também no Rio grande.

Na 4ª Região Militar: o 1º Grupo Independente de Artilharia, em Vitória, no ES; na 5ª Região Militar: o 20º Regimento de Infantaria, em Curitiba; o 1º Batalhão de Fronteira, em Foz do Iguaçu, com aproveitamento da Companhia de Fronteira já existente no local; o 12º Grupo Móvel de Artilharia de Costa, em Florianópolis; a 7ª Bateria de Artilharia de costa, na Ilha do Mel, no Paraná; e a 9ª Bateria Independente de Artilharia de Costa, em Florianópolis.

Na 6ª Região Militar, foram criadas as seguintes Unidades Militares: o 18º Regimento de Infantaria; o 4º Grupo Móvel de Artilharia de Costa; e o 5º Grupo Móvel de Artilharia de Costa, essas em Salvador na Bahia.

Na 7ª região Militar: 37º Batalhão de Caçadores, em Caruaru; o 40º Batalhão de Caçadores, em Campinha Grande; o 1º Batalhão de Carros de Combate, em Recife; o 2º Batalhão de Carros de Combate, em Natal; o 7º Batalhão de Engenhos, em Recife, com aproveitamento da 14ª Companhia de Engenhos, já organizada; o 14º Grupo de Artilharia de Dorso, em Natal; o 7º Grupo Motomecanizado de Reconhecimento, em Recife; o 7º batalhão de Engenharia, também em Recife; o 14º Grupo de Artilharia de Dorso, em Natal; o 7º Grupo Motomecanizado de Reconhecimento, em Recife; o 7º Batalhão de Engenharia, Recife; o 14º Batalhão de Engenharia, em natal; a 7ª Companhia de Transmissões Regional , Recife; a 7ª Companhia Independente de Transmissões Regional, Recife; a 7ª Companhia Independente de Transmissões, Natal; o destacamento de Sapadores e pontoneiros de Fernando de Noronha; e a 7ª Companhia de Guarda, em Caruaru.

Na 8ª Região Militar: a 35º Batalhão de Caçadores, em Bragança; o 3º batalhão de Fronteira, no Oiapoque; a 4ª Companhia Independente de Fronteira, Amapá; a 1ª Bateria Móvel de Artilharia de Costa, em Belém. Na 9ª Região Militar: o 9º Batalhão de Engenharia e a 5ª Companhia Montada de Transmissão, em Aquidauana e a 1ª Companhia Independente Rodoviário, em Cáceres.

Foram criados Serviços Gerais: de Estabelecimento de Subsistência da 4ª Região Militar; o Estabelecimento de Subsistência da 10ª Região Militar; o Depósito de Material Bélico de Fernando De Noronha; o Depósito de Material de Intendência da 8ª Região Militar; o Depósito de Material Veterinário da 3ª Região Militar; a Oficina de Reparação de Material Bélico da 7ª Região Militar; o Serviço de Material Bélico da

7ª Região Militar; o Serviço de Veterinária da 8ª Região Militar; o Serviço de Motomecanização da 3ª Região Militar; a Seção de Autotransporte da 3ª Região Militar; e a Seção de Autotransporte da 6ª Região Militar.

Inclusive foram mandadas reinstalar na 1ª Região Militar: o 2º Batalhão de Caçadores, em Santa Cruz no Rio de Janeiro e na 4ª Região Militar o 11º Batalhão de Caçadores, em Vitória e o 12º Batalhão de Caçadores, em Teófilo Otoni.

Também permite constatar a crescente complexidade e sofisticação das estruturas organizacionais das forças militares ocidentais, desde sua criação no século XVI, até o final do século XX. Começando com blocos maciços de soldados armados com piques e protegidos por blocos de mosqueteiros, os exércitos ocidentais chegaram ao final do século XX com grandes unidades compostas por tipos variados de unidades de combate, apoio ao combate e apoio logístico. Esta complexidade organizacional decorre não apenas do desenvolvimento tecnológico dos armamentos e equipamentos militares, mas também de aperfeiçoamentos puramente organizacionais (PEDROSA,2021, p.39-60)

Com o aumento do efetivo do Exército Brasileiro para atender a situação de guerra houve a necessidade de ampliar os seus quadros, promovendo oficiais, graduados e especialistas necessários ao enquadramento da tropa. Foram ampliadas as matrículas nas escolas de formação de oficiais; aumento de vagas dos cursos de especialização; redução do tempo do curso de estado-maior; criação do curso de emergência para médicos, farmacêuticos e dentistas; desenvolvimento dos trabalhos dos centros de formação de oficiais da reserva de 2ª classe; convocação em grande número de oficiais de 1ª e 2ª classe; aproveitamento por transferência para a reserva e convocação em escala de graduados de escola; promoção de oficiais subalternos (1º Tenentes) a Capitães, para suprir a necessidade de unidades especiais; restrição total do aproveitamento de oficiais da ativa em funções civis e substituição das funções burocráticas , dos oficiais da ativa pôr da reserva.

Durante o período de 22 de agosto de 1942 a 31 de dezembro de 1943, diversas iniciativas foram tomadas para permitir o desdobramento das unidades militares sem comprometer seus respectivos enquadramentos de comando e instrução. Com o aumento do efetivo do Exército em 70.000 homens, houve reforços significativos na quantidade de oficiais promovidos, provenientes de diferentes fontes: Escolas Militares: 768 oficiais; Reserva de 1ª Classe: 761 oficiais; Reserva de 2ª Classe: 1.775 oficiais e Reserva de 2ª Linha: 61 oficiais; totalizando, portanto, 3.365 novos oficiais promovidos.

A mobilização militar e seus reflexos na sociedade

De acordo com as fontes documentais, quando o Estado de Guerra foi decretado no Brasil, a opinião pública foi fortemente influenciada pela propaganda de guerra promovida pela inteligência militar dos países beligerantes. Isso gerou uma desinformação generalizada e uma desorientação psicológica na sociedade brasileira, deixando-a despreparada para a situação de guerra, que, embora distante, afetava o país. Não houve um esforço eficaz para preparar psicologicamente a população e despertar o espírito de nacionalismo necessário para a participação direta na guerra. Além disso, sem ameaças iminentes às fronteiras, a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial foi modesta, simbólica e focada em uma estratégia diplomática-política.

A influência de grupos políticos libertários e a ação das agências de informações eliminaram qualquer possibilidade de iniciativa cívica da sociedade brasileira em relação aos ideais do país durante a Segunda Guerra Mundial. A forte presença da cultura estrangeira aprisionava a cultura nacional, tornando-a refém dessa influência externa, o que marcou significativamente a realidade do Estado de Guerra no Brasil. Muitos brasileiros evitavam o serviço militar, frequentemente utilizando o "jeitinho brasileiro" para dispensar filhos, amigos ou conhecidos da convocação para o serviço militar.

A política dominava as discussões da época, com intelectuais analisando os países em guerra, seus líderes e as batalhas travadas. Havia um pensamento generalizado contra a guerra, com a crença de que outros países venceriam a guerra por nós, eliminando a necessidade de contribuição e sacrifício pessoal ou familiar. Esse sentimento de complacência reforçou a ideia de que o esforço e o sacrifício dos brasileiros não eram necessários para o sucesso na guerra.

Com o advento do Decreto 10.451, de 16 de setembro de 1942, que ordenou a mobilização geral em todo o território nacional devido ao Estado de Guerra declarado pelo Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942, estabeleceu-se que os reservistas das Forças Armadas deveriam se apresentar às suas corporações. Além disso, todos os brasileiros, natos e naturalizados, exceto os legalmente isentos, eram obrigados a exercer o dever cívico de defesa nacional.

No entanto, pessoas influentes da sociedade e autoridades iniciaram uma série de pedidos de dispensa e adiamento da convocação de reservistas, principalmente dos jovens das classes mais elevadas. Em contraste, formou-se um grande contingente de homens das classes menos privilegiadas, resultando também em

grande abstenção de inscrições nos centros de formação de reservistas de 2ª categoria, como os Tiros de Guerra e as Escolas de Instrução Militar.

Ainda na tentativa de se mobilizar maior efetivo de jovens para defender a causa cívica do Brasil na Segunda Guerra Mundial, foi aberto um programa de voluntariado em todas as Regiões Militares para jovens entre 21 e 26 anos e ainda que a convocação de dava a todos os reservistas militares até 30 anos de idade e no caso dos oficiais da reserva sem limites de idade devido a sua especialização.

Apesar da enorme campanha nacional de voluntariado promovida por meio dos rádios, jornais e cartazes, que divulgou cerca de 2.400.000 vagas para jovens entre 21 e 26 anos, apenas 2.750 se apresentaram espontaneamente, dos quais 1.537 foram incorporados.

Considerações Finais

Um longo caminho político e diplomático se deu até o Governo Vargas declarar guerra aos países do Eixo. Percebe-se um alinhamento entre o Estado Novo de Vargas no Brasil, o intervencionismo de Amaral Peixoto no Rio de Janeiro e a política imperialista de Roosevelt para a América Latina. A construção da aliança entre Brasil e Estados Unidos é uma história que merece ser investigada. Mesmo com vasta pesquisa existente, as nuances políticas internacionais desse período, um dos mais contundentes da geopolítica, expressam uma face multifacetada de resultados prós e contras para o Brasil.

A Lei de Quadros e Efetivos de 1934 desempenhou um papel fundamental na estruturação das Forças Armadas Brasileiras, complementando a Lei de Mobilização Militar de 1942, a qual foi promulgada sob o Decreto-Lei nº 4.552. Enquanto a Lei de Mobilização Militar permitia ao governo mobilizar recursos para a defesa nacional durante a Segunda Guerra Mundial. A Lei de Quadros e Efetivos de 1934 já havia estabelecido a organização estrutural e a distribuição de tropas essenciais para esse esforço.

Esta legislação anterior definia a composição das unidades militares, incluindo cinco divisões de infantaria e três de cavalaria, além de destacamentos e unidades especiais de fronteira, essenciais para a defesa e integridade territorial do Brasil. Juntas, essas leis proporcionaram uma base sólida para a preparação e execução das ações militares brasileiras durante o conflito global, refletindo a adaptação e o fortalecimento das capacidades militares do país em resposta às demandas internacionais e internas da época.

O Exército Brasileiro dentro de suas limitações precisou se reinventar para atender as necessidades impostas pelo Estado de beligerância que se inseriu o país. Ao trazer ao debate acadêmico o exercício militar de mobilização de pessoal, de equipamentos e de desdobramento em todo o território nacional com a criação de novas unidades militares pelo Exército Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, objetivamos demonstrar como foi administrada a situação de guerra no Brasil olhando para uma instituição que atuou pensando diretamente na Segurança Nacional.

REFERÊNCIAS

FONTES:

- BRASIL, DECRETO Nº 24.287, DE 24 DE MAIO DE 1934;
- BRASIL, DECRETO Nº 10.451, DE 16 DE SETEMBRO DE 1942; e
- BRASIL, DECRETO-LEI Nº 4.812, DE 8 DE OUTUBRO DE 1942;
- BRASIL. Ministério da Guerra. AHEX. Relatório do Ministério da Guerra de 1942. SECRETO. Rio de Janeiro, 1942;
- _____ Relatório do Ministério da Guerra de 1943. SECRETO. Rio de Janeiro, 1943;
- _____ Relatório do Ministério da Guerra de 1944. SECRETO. Rio de Janeiro, 1944; e
- _____ Relatório do Ministério da Guerra de 1945. SECRETO. Rio de Janeiro, 1945.

BIBLIOGRAFIA:

- ALVES, Vagner Camilo. *Armas e política: o Exército e a constituição da Força Expedicionária Brasileira (FEB)*. Encontro Anual da Anpocs, 30, 2006, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: [s.n.], 2006. p. 1-21;
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 368.
- COUTINHO, Marcos A. *Logística e Mobilização no Exército Brasileiro*. Revista de Estudos Militares, vol. 50, no. 2, 2019, pp. 88-112;
- FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: EdUEL, 2012
- MCCANN, Frank D. *A aliança Brasil – EUA, 1937 a 1945*. Tradução de Jayme Taddei e José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995;
- MORAIS, Moises Bastos, *A Memória da Guerra e a Guerra pela Memória: Esquecimento, Resgate e a Criação do Mito da Força Expedicionária Brasileira*. Dissertação, Universidade Salgado de Oliveira – Universo, Mestrado em História. 2012;
- NASCIMENTO, F.; JUNIOR, A. M. E. *Um espírito novo: a modernização do Exército Brasileiro nas páginas da revista A Defesa Nacional, durante o primeiro Governo Vargas (1931-1937)*. Locus: Revista de História, [S. l.], v. 20, n. 1, 2021. P.281;

OLIVEIRA, Dennison de. *Aliança Brasil- EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015. Pp. 72-73;

OLIVEIRA, Irene Rodrigues de. *Sobressaltos e Heranças do Estado Novo: A missão Cooke e a implantação da CSN (1942/1946)*. Vassouras, USS, 2001. 163 p.

PANTOJA, Silvia. *As raízes do pessedismo fluminense; (a política do interventor: 1937-1945)*. Silvia Regina Pantoja Serra de Castro. - Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes, Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares. *Regimentos e Batalhões, Brigadas e Divisões: organização e denominação das unidades militares ocidentais através dos tempos.*, v. 15 n. 52 (2021): p. 39-60, janeiro/abril 2021;

RODRIGUES, Fernando da Silva, *Organização, Preparação e Atuação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial*. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. CEEEx, ISSN: 2525-457X, Análise Estratégica, Vol 12 (2) Mar/ Maio 2019. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/CEEExAE/article/view/2249>>. Acesso em: 11 Jan 2023;

_____. *A política Militar Brasileira: da Missão de Instrução de Artilharia de Costa à Comissão Conjunta Brasil – EUA (1934-1945)*. Revista de Artigos Estratégicos. Brasília, Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), v.9 (3), Jul/Ago,2018. Pp. 34;

_____. *Militares, poder e sociedade-Jundiaí*. Paco Editorial, 2017. Pp 187;

RUSSELL FILHO, Edwaldo, *A Missão Militar Americana no Brasil: desenvolvimento e funcionamento da Instrução da Artilharia de Costa do Exército Brasileiro (1934-1939)*, 1ªed, Ed. Autografia. 2024, p34; e

SILVA, Antonio C. *Forças Armadas e Defesa Nacional*. Revista Militar, vol. 45, no. 3, 2018, Pp. 20-145.